

Angelologia e burocracia na obra “O reino e a glória” de Giorgio Agamben

Lincoln Sales Serejo ¹

RESUMO

O artigo de cunho bibliográfico pretende analisar o tópico “Angelologia e burocracia” do livro “O reino e glória: uma genealogia teológica da economia e do governo”, de Giorgio Agamben. Visa identificar alguns dos temas fundamentais da obra do filósofo indicando resumidamente sua biografia e seu método. Na sequência, apontar as ideias centrais do livro “O reino e glória: uma genealogia teológica da economia e do governo”, e, por fim, analisar o tópico “Angelologia e burocracia” com o objetivo de demonstrar, a partir dos estudos genealógicos sobre a teologia cristã dos primeiros séculos, que a articulação entre reino e governo, poder transcendente e poder imanente, no governo do mundo, se articulam a partir do estabelecimento de uma complexa hierarquia em que os anjos assumem na economia divina a função instrumental do governo do mundo. A pesquisa mostrou a ruptura entre economia e política e a identificação entre *oikonomia* e governo.

Palavras-Chave: Filosofia política. Giorgio Agamben. Angelologia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo de cunho bibliográfico pretende primeiramente identificar alguns dos temas fundamentais da obra do filósofo indicando resumidamente sua biografia, seus influenciadores e seu método. No segundo momento, apontar as ideias centrais do livro “O reino e glória: uma genealogia teológica da economia e do governo”, e, por fim, analisar o tópico “Angelologia e burocracia”. É preciso frisar que esta investigação é apenas um esboço preliminar, para possíveis pesquisas posteriores, naturalmente de maior fôlego.

Giorgio Agamben é um dos filósofos vivos mais importantes para a compreensão da filosofia política contemporânea. Seu projeto filosófico foi construído dando sequência e avançando as reflexões filosóficas de Hannah Arendt e Michael Foucault. Ele é um filósofo que escreve suas obras transitando em vários campos do saber, por isso é um escritor difícil de classificar. Segundo os estudiosos do filósofo italiano, suas obras não se enquadram perfeitamente nem nas estantes de Filosofia Política ou Estética, nem das de Literatura ou Direito, Teologia ou Economia. Inicia sua carreira de professor nos anos 1980, com a qual jamais se identificou totalmente, tendo permanecido um filósofo antiacadêmico. A partir de 2003 ele assume a cadeira de Filosofia Teórica no *Istituto Universitario di Architettura* (IUAV) de Veneza, do qual pede demissão em 2009, para se dedicar exclusivamente à escrita de sua obra.

¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Professor Assistente na Universidade Estadual do Maranhão. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia da UNISINOS.

Nas reflexões do filósofo sobre biopolítica, a influência parece ser de Michel Foucault, que, a partir de suas pesquisas e cursos desenvolvidos no *Collège de France*, em meados da década de 1970, se apropria do conceito de biopolítica de escritos de economia e estatística dos séculos XVIII e XIX, e o sintoniza na dinâmica política moderna e contemporânea. Agamben declara-se continuador das reflexões de Foucault, sobretudo nos aspectos teológico e político, porém avança mostrando sua singularidade.

Segundo Foucault, a biopolítica é um fenômeno relacionado ao nascimento do Estado Moderno e de uma racionalidade técnico-administrativa da população e do território que o compõem, reconhecendo as influências constitutivas do poder pastoral, características do exercício do poder eclesiástico presente no mundo judaico-cristão medieval. Para Agamben, a biopolítica é um fenômeno que se encontra na origem da condição política dos seres humanos, é constitutiva da dinâmica civilizatória em suas relações de poder, o que a caracteriza em sua dimensão ontológica (BAZZELLA, 2012, p. 2). Porém, as influências de Foucault sobre o pensamento filosófico de Agamben não param por aí. Elas se apresentam inclusive nos métodos de investigação adotados pelo filósofo italiano. Agamben desenvolve suas pesquisas a partir do método arqueológico e paradigmático, intensamente utilizado pelo filósofo francês ao longo de suas obras sistemáticas e, mais especificamente, nas investigações que resultaram dos cursos de *Collège de France*.

Agamben define seu método investigativo e reflexivo sob os seguintes pressupostos:

Meu método é o arqueológico e paradigmático num sentido muito próximo ao de Foucault, mas não completamente coincidente com ele. Trata-se, diante das dicotomias que estruturam nossa cultura, de ir além das exceções que as tem produzido, porém não para encontrar um estado cronologicamente originário, mas, ao contrário, para poder compreender a situação na qual nos encontramos. A arqueologia é, neste sentido, a única via de acesso ao presente².

A filosofia opera com conceitos, mas algo que se apresenta com conceitos pode estar mais próximo daquilo que Agamben denomina de assinatura do que de conceitos, “[...] algo que, em um signo ou conceito, marca-os e excede-os para remetê-los a determinada interpretação ou determinado âmbito, sem sair, porém, do semiótico, para construir um novo significado ou novo conceito [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 16).

Segundo Nascimento (2012, p. 24), Agamben discute o próprio método no livro *Signatura rerum*, denominando de arqueologia aquela prática que, em cada investigação histórica, tem o que fazer não com a origem, mas com o ponto de insurgência do fenômeno e deve, por isso, confrontar-se novamente com as fontes e com a tradição. Na obra “O Reino e a Glória”, as assinaturas transferem e deslocam os conceitos e os signos de uma esfera para outra sem redefini-lo semanticamente (AGAMBEN, 2011, p. 16). O método de Giorgio Agamben, ainda que parta de um fundo arqueológico comum a Foucault, possui suas peculiaridades, conforme Nascimento (2012, p. 23):

Se todas as coisas portam consigo um signo, ou um sinal ou símbolo, de si mesmo, o método por ele empregado exige da filosofia a capacidade de observar as assinaturas, - *la signatura* - isto é, os signos que se fazem sobre outros signos, ou o ato mesmo de assinalar que determinam o seu reconhecimento, a sua compreensão e a sua eficácia.

2 Entrevista de Giorgio Agamben a Flávia Costa, trad. Susana Scramim, In: **Revista de Psicologia**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 18, n. 1, p. 131-136, jan/jun. 2006.

Segundo Castro (2012, p. 9-10), a obra de Giorgio Agamben introduz novos conceitos no rastro de Hannah Arendt e Michael Foucault, como o de vida nua, e aborda vários temas como a questão de Estado de exceção, o tema da arte, da melancolia, da linguagem e da negatividade, a questão da potência-do-não, entre outros, e se refere a pensadores como Walter Benjamin, Martin Heidegger, Aby Warburg e Enzo Melandri.

2 O REINO E A GLÓRIA

Em sua obra “Homo sacer: o poder soberano e a vida nua”, Agamben não aprofunda o conceito de governo, pois o seu ponto principal consistia em examinar o conceito de soberania. No livro “O Reino e a Glória: uma genealogia da economia e do governo”, Agamben continua o seu projeto de pesquisa sobre a genealogia do poder. O centro de sua investigação consiste em refletir sobre duas perguntas fundamentais: 1) Por que o poder assumiu no Ocidente a forma de uma “economia”, ou seja, de um governo de homens e de coisas?; 2) Sendo essencialmente governo, por que o poder precisa de glória, ou seja, de todo o aparato cerimonial e litúrgico que o acompanha desde o início? De fato, como acen-tua Castro, a pergunta central de “O reino e a gloria” é: Por que o exercício do poder foi assumindo no Ocidente a forma do governo e da economia? (CASTRO, 2012, p. 106).

Desta forma, a investigação desenvolvida por Agamben nessa obra tem como eixo principal a investigação sobre a constituição dos conceitos de governo e *oikonomia* na forma como se constituíram nos primórdios da teologia cristã do período medieval, e suas possíveis articulações com os pressupostos políticos e econômicos presentes na modernidade.

Agamben introduz sua pesquisa sobre a genealogia da economia e do governo partindo de dois paradigmas políticos derivados da teologia cristã, ou seja, se insere no debate que ocorreu entre o filósofo e jurista alemão Carl Schmitt e o teólogo Erich Peterson. De 1935 a 1970 desenrola-se uma polêmica singular entre Erik Peterson e Carl Schmitt, dois autores que, por motivos diversos, podem ser definidos como “apocalípticos da contrarrevolução” (AGAMBEN, 2011, p. 18). O paradigma teológico-político apresentado por Carl Schmitt, na obra “Teologia Política”, em que a sua principal tese sustenta que todos os conceitos da teoria do Estado Moderno são conceitos teológicos secularizados, buscando no pensamento cristão os elementos constitutivos do conceito moderno de soberania.

Todos os conceitos concisos da teoria do Estado moderno são conceitos teológicos secularizados. Não somente de acordo com seu desenvolvimento histórico, porque ele foi transferido da ontologia para a teoria do Estado, na medida em que o Deus onipotente tornou-se o legislador onipotente, mas também, na sua estrutura sistemática, cujo conhecimento é necessário para uma análise sociológica desses conceitos. (SCHMITT, 2006, p. 35).

O jurista ocupou-se de descrever o paradigma da teologia política, buscando no pensamento cristão os antecedentes e a problemática do conceito moderno de soberania.

Outro paradigma analisado pelo filósofo italiano é a teologia econômica do teólogo Erich Peterson que, em oposição a Carl Schmitt, “[...] sustenta que o paradigma de uma teologia política não é uma criação da teologia cristã, mas da teologia judia. À teologia política, Peterson opõe outro paradigma, de uma teologia econômica, elaborado nos tratados teológicos sobre a trindade [...]” (CASTRO, 2012, p. 109). O que está em jogo neste contexto para Peterson é afirmar que uma teologia po-

lítica somente seria possível ao contexto de uma teologia judia, uma vez que tem por base o povo de Israel organizado politicamente como uma teocracia, uma monarquia divina que governa os homens e o mundo (BAZZELLA, 2012, p. 16).

Acompanhando o debate entre Schmitt e Peterson, Agamben procura demonstrar de que maneira, a partir da teologia cristã, surgiram dois paradigmas políticos opostos, porém conectados. Nas palavras do filósofo Agamben (2011, p. 13):

Uma das teses que procurará demonstrar é que da teologia cristã derivam dois paradigmas políticos em sentido amplo, antinômicos, porém funcionalmente conexos: a teologia política, que fundamenta num único Deus a transcendência do poder soberano, e a teologia econômica, que substitui aquela pela ideia de uma *oikonomia*, concebida como uma ordem imanente – doméstica e não política em sentido estrito – tanto da vida divina quanto da vida humana. Do primeiro paradigma derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania; do segundo, a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social.

Lembrando que o objetivo da pesquisa do filósofo italiano é escavar para fazer emergir a articulação entre teologia e política, articulação essa que será viabilizada justamente pelo conceito de economia. A obra “O reino e a glória” visa mostrar esse vínculo e o modo como ele foi se produzindo e provocando efeitos que culminariam com o Estado Moderno atual. A palavra *oikonomia* será apropriada pelos teólogos sob a mesma acepção que possuía entre os gregos, e presente de forma sistemática no tratado aristotélico ou pseudo-aristotélico sobre a economia. Para Aristóteles, *oikonomia* relaciona-se à administração da casa, das relações vitais que se estabelecem no âmbito privado da *oikos*. Não é nosso objetivo nesse momento aprofundar os detalhes da obra, mas tão somente expor o tópico título do presente trabalho.

3 ANGELOLOGIA E BUROCRACIA

Agamben demonstra, a partir dos estudos genealógicos sobre a teologia cristã dos primeiros séculos, que a articulação entre reino e governo, ser e práxis, poder transcendente e poder imanente, no governo do mundo, se articulam a partir do estabelecimento de uma complexa hierarquia em que os anjos assumem na economia divina a função instrumental do governo do mundo. Conforme Castro (2012, p. 127), “[...] neste contexto a noção de hierarquia (literalmente: poder sagrado) lhe permitirá abordar o paralelo entre o poder espiritual e o poder terrenal, entre angelologia e burocracia presente na teologia dos anjos desde seus começos [...]”.

O ponto de partida de Agamben, no capítulo sobre “Angelologia e Burocracia”, é a reflexão sobre a obra de Erich Peterson, “O livro dos anjos: situação e significado dos santos anjos no culto”, publicado no ano de 1935. Em outro escrito, uma monografia intitulada “O monoteísmo como problema político”, publicada também em 1935, o autor nega contra Schmitt a existência de uma teologia política no cristianismo. No entanto, na sua obra sobre os anjos, defende que a igreja terrena em sua origem está ligada à igreja celestial por meio das celebrações litúrgicas e ambas estão em relação com a esfera política, “[...] a *ekklesia* cristã pode ser definida como assembleia dos cidadãos com pleno direito à cidade celestial que se reúne para efetuar atos de culto [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 161).

Para demonstrar o caráter político-religioso da igreja, Peterson utiliza de exemplos retirados da esfera profana:

Assim como o imperador, comparecendo na companhia de seus guarda-costas, expressa a publicidade (*Öffentlichkeit*) do próprio domínio político, assim também Cristo, presente na missa com seus anjos como seus guarda-costas, expressa a publicidade do próprio senhorio político [...]. (AGAMBEN, 2011, p. 163).

Todavia, o caráter público é originário da própria igreja, não foi atribuída pelo Estado. O caráter político do cristianismo efetiva-se na publicidade do culto, exercido através do canto de louvor. A igreja terrena torna-se política na medida em que participa das louvações que os anjos tributam eternamente a Deus, isto é, da glória. Os anjos são os instrumentos que garantem a relação entre a cidade terrena e a cidade celeste, “[...] são os fiadores da relação originária entre a igreja e a esfera política, do caráter ‘público’ e ‘político-religioso’ do culto que se celebra tanto na ekklesia quanto na cidade celeste [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 164).

O problema a ser colocado agora é o da separação entre Deus e a sua ação, isto é, entre Deus e o governo do mundo, Deus e sua administração do mundo, ser e práxis, potência e ação. “Reino e Governo constituem uma máquina dupla, lugar de uma separação e de uma articulação ininterrupta” (AGAMBEN, 2011, p. 114).

Agamben demonstra porque Hipólito, um dos primeiros teólogos romanos, é lembrado pela igreja, uma vez que seus argumentos indicam uma defesa especial com a unicidade de Deus: “Deus é uno segundo sua *dynamis* (ou seja, na terminologia estoica de que ele se serve, segundo a *ousia*) e triplo apenas segundo a economia [...]” (2011, p. 67). Configura-se, assim, que a divisão não é ontológica e se refere apenas à forma de administração.

Diferentemente de Foucault, que identifica, como afirmamos no início desse artigo, o nascimento da biopolítica no poder pastoral, Agamben (2011, p. 1270) aponta que o “[...] germe da divisão entre Reino e Governo aparece na oikonomia trinitária, que introduz na própria divindade uma fratura entre ser e práxis [...]”.

Dessa forma, essa fratura mostra-se necessário um governo do mundo na perspectiva teológica, pois alguns teólogos defenderam a ideia de que se Deus estivesse sempre intervindo no mundo humano, ocupando-se de cada pessoa, Ele seria inferior às coisas que provê. É exatamente pela ideia que o “rei o reina, mas não governa” que o governo se faz possível e, por isso mesmo, passa a implicar também a política. É nesse momento que aparece a necessidade dos anjos administradores.

Mas, qual é o papel dos anjos nessa relação? Peterson aponta que o canto de louvor é apenas um dos aspectos do ser dos anjos, mas afirma que eles possuem uma dupla função: administrar e assistir, “[...] pois servem como ministros de Deus os anjos que saem para levar até nós os anúncios e, por sua vez, assistirem os anjos que gozam de sua íntima contemplação e, por isso, não são enviados a cumprir tarefas [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 165). Como ressalta Agamben (2007, p. 39):

Na teologia cristã, os anjos são, acima de tudo, os ministros do governo divino do mundo, que, ordenados em nove hierarquias ou ministérios, executam a cada instante, tanto no céu como na terra, os decretos da providência. No Ocidente cristão, a angiologia tem funcionado como paradigma da burocracia, e a nossa concepção das hierarquias ministeriais tem sido profundamente influenciada por este paradigma celeste.

A função administrativa é a que os anjos colaboram para o governo divino do mundo. A angelologia é desenvolvida por São Tomás de Aquino no Tratado *De gubernatione mundi*, a partir da *quaestio* 106. A questão levantada é: se Deus é perfeito e o responsável pelo mundo, qual a necessidade de ministério? Sobre esta questão, Agamben recorre a Tomás de Aquino, que enfrenta este problema.

Dado que o ato de governo tem a incumbência de levar a perfeição os seres governados, o governo será tanto melhor quanto maior a perfeição comunicada pelo governante às coisas governadas. Mas a perfeição é maior se algo, que é bom em si, também é causa de bem nas outras criaturas, e não somente para si. Assim, Deus governa as coisas de modo a transformar algumas delas em causa com relação ao governo de outras [...], por conseguinte, ter executores de seu governo não equivale para um Rei a uma imperfeição, mas a uma dignidade: o poder régio torna-se mais ilustre pela hierarquia de seus administradores. (AGAMBEN, 2011, p. 167).

O filósofo italiano, para deixar mais claro a reflexão de Tomás de Aquino, reproduz o pensamento de Boaventura: “Se é verdade que Deus, assim como qualquer soberano, poderia fazer ele mesmo o que manda os anjos fazerem, na verdade ele necessita dos anjos para que no ministério e nas ações seja conservada uma ordem suficiente e conveniente [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 167).

Outro tema abordado por Tomás de Aquino no *De gubernatione mundi* é a hierarquia. O conceito de hierarquia pode ter sido cunhado nas origens da angelologia, no tratado “A hierarquia Celeste”, do Pseudo - Dionísio, e Tomás de Aquino observa que o termo hierarquia não significa “ordem sagrada”, mas “poder sagrado”, pois a hierarquia é a manifestação do divino. O poder sagrado, chamado hierarquia, “[...] encontra-se quer nos homens, quer nos anjos [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 174). Portanto, existe uma relação estrutural entre economia divina e governo do mundo. “Nossa hierarquia” repete o tratado sobre hierarquia terrena, “[...] formada santamente por ordens transmitidas por Deus, é conforme as hierarquias celestes, na medida em que salvaguardas as suas características deiformes e capazes de imitar o divino, tanto quanto é possível aos homens [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 170). E,

Assim como o próprio conceito de hierarquia requer uma diversidade de ordens, que se fundamenta na diversidade das funções e das atividades, assim também ocorre nas cidades, onde há ordens diversas de acordo com as diferentes funções: a ordem dos magistrados é diversa daquela dos militares, daquela dos agricultores e assim por diante. Embora sejam múltiplas, as ordens civis podem reduzir-se a três considerando que cada comunidade perfeita possui princípio, meio e fim. Por esse motivo, em qualquer estado ou cidade existe uma tríplice ordem de homens, os de grau mais elevado, que são os patrícios; os de grau ínfimo, como o povo vil; e outros de grau intermediário, como o povo honorável [*populus honorabilis*]. Da mesma maneira, em toda a hierarquia angélica, as ordens se distinguem segundo os ofícios [...]. (AGAMBEN, 2011, p. 175).

Sobre a colaboração dos anjos no governo divino, Agamben cita a questão 108 do *De gubernatione mundi*, em que Tomás de Aquino,

[...] pergunta-se, se as hierarquias e as ordens dos anjos continuarão a existir depois do Dia do Juízo [...] tanto os eleitos quantos os condenados já tiveram alcançados a bem-aventurança eterna ou o eterno castigo, que objetivo terá a subsistência das ordens angélicas? Como imaginar anjos inativos? (AGAMBEN, 2011, p. 177).

Em outras palavras, qual a função dos anjos depois que o plano de Deus foi executado e a economia divina ter chegado ao fim?

Apresenta-se neste momento uma pergunta complicada para a teologia cristã. “Como pensar agora, tanto em Deus como nos homens e nos anjos, uma vida totalmente inoperativa? Como pensar um Reino sem qualquer Governo possível? ” (AGAMBEN, 2007, p. 41). Essa questão teológica multiplica-se numa série de outras indagações de suma importância. “Depois de o gênero humano ter sido julgado”, pergunta-se com angústia São Jerônimo, “O que acontecerá depois da consumação do século? ” “Que vida poderá haver? ” “Haverá outra terra, um novo mundo? ”

Conhecemos o que está no meio e que nos foi revelado pelas Escrituras: quando o mundo foi criado e quando foi formado o ser humano, o dilúvio, a lei e como, a partir de um só ser humano toda a terra foi ocupada, até que, nos últimos tempos, o Filho de Deus encarnou para a nossa salvação. “Todo o resto, os dois serafins o esconderam, cobrindo-se a cabeça e os pés” [...]. (AGAMBEN, 2011, p. 179).

Os anjos como afirmamos são os ministros do governo divino no mundo, que executam uma função administrativa tanto no céu como na terra os decretos da providência. Mas qual seria a função dos ministros após o momento da *parúsia*?

O governo divino do mundo é efetivamente, algo essencialmente acabado. Depois do Juízo Final, quando a história do mundo e das criaturas tiver chegado ao fim e os eleitos tiverem alcançado a sua beatitude eterna e os danados o seu eterno castigo, os anjos já nada terão para fazer. Enquanto no Inferno os diabos estão incessantemente ocupados em punir os danados, no Reino dos Céus, como na Europa de hoje, a condição normal é o desemprego. Como escreve um teólogo particularmente radical: “A consumação final não admite nem a cooperação das criaturas, nem qualquer possível ministério. Tal como Deus é princípio imediato de todas as criaturas, é igualmente seu fim, alpha et omega. Cessarão, pois, todas as administrações, cessarão todos os ministérios angelicais e todas as operações hierárquicas, pois eles estavam ordenados para levar os homens ao seu fim e, uma vez alcançado esse fim, terão de cessar” [...]. (AGAMBEN, 2007, p. 40).

O tema que se coloca agora é o da inoperosidade. Mas o que é inoperosidade? Segundo Nascimento (2010, p. 91), na obra *Nudità* (publicada em 2009), a inoperosidade divina é comunicada aos homens pela festa do sábado hebraico, que é um dia sagrado. Para o povo judeu, após os seis dias de criação de todas as coisas existentes, Deus descansou no sétimo dia, cessando, portanto, todo o trabalho. A inoperosidade foi transmitida aos homens pela instituição da festa sabática, não é algo inerte e reforça Nascimento (2010, p. 93): “festejar é todo um tempo apenas para celebrar com a abstenção de todo trabalho de finalidade produtiva. Tudo aquilo que se faz na festa está liberado de sua economia[...]”. Nas palavras do filósofo:

A vida humana é inoperativa e sem fim, mas precisamente esta falta de operatividade e de fim tornam possível a actividade incomparável da espécie humana. O homem votou-se à produção e ao trabalho, por ser, na sua essência, totalmente destituído de obra, por ser um animal sabático por excelência. E a máquina governamental funciona por ter capturado no seu centro vazio a inoperatividade da essência humana. Esta inoperatividade é a substância política do Ocidente, o alimento glorioso de todos os poderes. Por isso, festa e ociosidade voltam incessantemente a surgir nos sonhos e nas utopias do Ocidente e também incessantemente neles naufragam [...]. (AGAMBEN, 2007, p. 46).

De acordo com Brazzella (2012, p. 280), os teólogos cristãos pretendem justificar a existência de um deus inoperativo diante do governo do mundo, mas, ao mesmo tempo, evitar interpretações teológicas que o vinculem à ideia de impotência. Ou seja, a equação que os teólogos querem resolver assim

se apresenta: “Para evitar o desaparecimento total de todos os poderes, eles separam-no do seu exercício e afirmam que o poder não desaparece, mas que, simplesmente, deixa de ser exercido, assumindo assim a forma imóvel e resplandecente da glória (em grego *doxa*) [...]” (AGAMBEN, 2007, p. 41).

Inoperosidade e glória têm uma profunda relação, isto é, a glória está umbilicalmente ligada à inoperosidade. Após o juízo final, como vimos, quando se cumpriu o plano divino de salvação e, dessa forma, a economia (plano) divina ter chegado ao seu termo, os homens que alcançaram a salvação juntamente com os anjos louvarão eternamente a divindade. Esse é o motivo pelo qual Agamben (2011, p. 179) diz: a doutrina da glória como fim último do homem é a resposta que os teólogos dão ao problema do fim da economia. Por último, no tópico “Angelologia e Burocracia”, Agamben se refere à *quaestio* 89 de São Tomás no Tratado *De gubernatione mundi*, quando o autor pergunta se os demônios executarão a sentença dos condenados, respondendo positivamente. Os demônios assumirão uma função judiciária executando as penas para que não sejam desconsideradas as ordens divinas: os demônios são os executores da justiça divina com respeito aos maus. “O inferno é assim o lugar onde o governo divino do mundo sobrevive para sempre ainda que de forma pura e penitenciária [...]” (AGAMBEN, 2011, p. 181). O inferno parece ser a única exceção após o juízo final de alguma atividade. Nas palavras do filósofo:

As hierarquias angelicais, que desistiram de todas as atividades de governo, permanecem inalteradas e passam a celebrar a glória de Deus. Ao ininterrupto ministério governamental dos anjos, segue-se agora o eterno canto que, juntamente com os anjos, também os beatos entoam em louvor de Deus. O poder coincide agora integralmente com o aparato cerimonial e litúrgico que antes acompanhava o governo como uma sombra enigmática. [...] Na perspectiva da teologia cristã, em que o governo é algo essencialmente finito, a Glória é a forma em que o poder sobrevive a si próprio e a operosidade impensável encontra o seu sentido no interior da ordem teológica. A relação especial entre glória e inoperatividade [...] designa o fim último do homem e a condição que se segue ao Juízo final, a glória ocupa o lugar da inoperatividade pós-juízo, na qual resolvem todas as obras e todas as palavras divinas e humanas [...]. (AGAMBEN, 2007, p. 41-42).

Nas últimas páginas da obra “O Reino e a Glória”, Agamben (2011, p. 273) escreve:

Compreende-se agora a função essencial que a tradição da filosofia ocidental atribuiu à vida contemplativa e à inoperosidade: a práxis propriamente humana é um sabatismo que, tornando inoperosas às funções específicas do ser vivo, abre-as em suas possibilidades. Contemplação e inoperosidade são, nesse sentido, os operadores metafísicos da antropogênese que, libertando o vivente homem do seu destino biológico ou social, destinam-no àquela indefinível que estamos habituados a chamar de política. [...] O político não é nem uma bios, nem zoé, mas a dimensão que a inoperosidade da contemplação, ao desativar as práticas linguísticas e corpóreas, materiais e imateriais, incessantemente abre e confere ao ser vivo. Por isso, na perspectiva da oikonomia teológica cuja genealogia traçamos aqui, nada é mais urgente que a inclusão da inoperosidade nos próprios dispositivos. *Zoé aiônios*, vida eterna, é o nome desse centro inoperoso do humano, dessa “substância” política do Ocidente que a máquina da economia e da glória busca continuamente capturar em seu próprio interior.

O término da atividade econômico-gestacional dos anjos e dos homens ocorre no momento da instalação do reino de Deus após a *parúsia*: a estrutura angélico-burocrática construída em favor da salvação perde o sentido e o mundo retrocede para uma espécie de grau zero da atividade governamental, no qual nada mais há se não um eterno *laissez faire* contemplativo da glória de Deus. Podemos perguntar: existe uma imagem mais apropriada para se pensar em termos teológicos a utopia neoliberal do “fim da história” do que essa?

A desocupação dos ministérios angélicos depois do Juízo Final mostra que o governo divino do mundo está constitutivamente terminado, que a economia teológica está essencialmente concluída. O paradigma cristão do governo, assim como a visão da história que lhe é solidária, dura da criação ao fim do mundo. A concepção moderna de história, que retoma em muitos aspectos – sem se dar plenamente conta do que ela implica – o modelo teológico, encontra-se, por isso mesmo, em uma situação contraditória. De um lado, abole a escatologia e prolonga ao infinito a história e o governo do mundo; de outro, ver reflorescer incessantemente o caráter finito do próprio paradigma [...]. (AGAMBEN, 2011, p. 181).

Agamben, em uma entrevista³ concedida para um jornal italiano Ragusa News, publicada em 16 de agosto de 2012, argumenta:

Para entendermos o que está acontecendo [na atual crise global], é preciso tomar ao pé da letra a ideia de Walter Benjamin, segundo o qual o capitalismo é, realmente, uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua. Ela celebra um culto ininterrupto cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro. Deus não morreu, ele se tornou Dinheiro. O Banco – com os seus cinzentos funcionários e especialistas - assumiu o lugar da Igreja e dos seus padres e, governando o crédito (até mesmo o crédito dos Estados, que docilmente abdicaram de sua soberania), manipula e gere a fé – a escassa, incerta confiança – que o nosso tempo ainda traz consigo. Além disso, o fato de o capitalismo ser hoje uma religião, nada o mostra melhor do que o título de um grande jornal nacional (italiano) de alguns dias atrás: “salvar o euro a qualquer preço”. Isso mesmo, “salvar” é um termo religioso, mas o que significa “a qualquer preço”? Até ao preço de “sacrificar” vidas humanas? Só numa perspectiva religiosa (ou melhor, pseudo-religiosa) podem ser feitas afirmações tão evidentemente absurdas e desumanas. (AGAMBEN, 2012, n.p.).

Em verdade, Agamben parece querer demonstrar com citação acima a relação entre economia e religião que é fundamental para a manutenção da máquina governamental, assim como uma fratura entre economia e política que favorece a disciplina e o controle da conduta humana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tentou apresentar de forma sucinta a reflexão de Giorgio Agamben sobre “Angelologia e burocracia” no livro “O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo”. Como observamos, a reflexão que o filósofo italiano traçou sobre a doutrina dos anjos mostrou que o anjo “é a figura por excelência do governo do mundo”, ou seja, os ministros do governo divino do mundo. A relação entre reino e governo que não exploramos em profundidade só é compreensiva plenamente a partir da publicidade em que o poder é objeto de celebração e louvor, ou seja, da glória. Em verdade, Agamben recorreu ao tópico supracitado para mostrar o modo em que reino e governo alcançam sua articulação mais acabada na dimensão gloriosa do poder, na inoperatividade.

3 Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Angelology and bureaucracy in the work "The kingdom and the glory" of Giorgio Agamben

ABSTRACT

The bibliographical article intends to analyze the topic "Angelology and bureaucracy" of the book "The kingdom and glory: a theological genealogy of the economy and the government", by Giorgio Agamben. It aims to identify some of the fundamental themes of the philosopher's work, briefly indicating his biography and method. In the following, the central ideas of the book "The kingdom and glory: a theological genealogy of economics and government", and, finally, analyze the topic "Angelology and bureaucracy" with the aim of demonstrating, from genealogical studies on the Christian theology of the first centuries, that the articulation between kingdom and government, transcendent power and immanent power in the government of the world, are articulated from the establishment of a complex hierarchy in which the angels assume in the divine economy the instrumental function of government of the world. Research has shown the rupture between economics and politics and the identification between oikonomia and government.

Keywords: Political Philosophy. Giorgio Agamben. Angelology.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Arte, Inoperatividade, Política. In: CARDOSO, Rui Mota. **Política – Politics**. Giorgio Agamben; Giacomo Marramao; Jacques Rancière; Peter Sloterdijk. *Crítica do Contemporâneo – conferências internacionais* Serralves. Portugal, 2007.

_____. Entrevista de Giorgio Agamben a Flávia Costa, trad. Susana Scramim. **Revista de Psicologia Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 18 n. 1 p.131-136, jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Entrevista de Giorgio Agamben**. [S.l.]: Unisinos, 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BAZZELLA, Sandro Luiz. **A centralidade da vida em Nietzsche e Agamben frente à metafísica ocidental e a biopolítica contemporânea**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do nascimento da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben**. São Paulo: LiberArs, 2012.

SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. Tradutor Elisete Antoniuk. Coordenação e supervisão Luiz Moreira. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

BIOGRAFIA

Lincoln Sales Serejo

Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão. Professor Assistente na Universidade Estadual do Maranhão. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia da UNISINOS.